



Anais da Assembléia

Nº AVULSO

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 18 DE OUTUBRO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP** - 10: Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Ironði Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT** - 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; **PTB** - 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL** - 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Remy Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT** - 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles M. Mello - Angelo Vanhoni; **PSDB** - 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; **PPR** - 02: João T. Filho - César A. Seleme; **PSC** - 01: Jocelito Canto.

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

Art. 1º - O art. 35 da Constituição Estadual fica acrescido de quatro parágrafos, que serão o 6º, 7º, o 8º e o 9º, com a seguinte redação:

§ 6º - As aposentadorias e pensões dos servidores públicos estaduais, inclusive membros do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado, serão custeados com recursos provenientes do Tesouro do Estado e das contribuições dos servidores e pensionistas, na forma da lei.

§ 7º - As aposentadorias e pensões dos servidores das autarquias estaduais das instituições correspondentes e das fundações públicas serão custeadas com recursos provenientes das próprias instituições e das contribuições de seus serviços, na forma da lei.

§ 8º - Na hipótese do § anterior, caso a entidade não possua fonte própria de receita ou esta seja insuficiente, os recursos necessários poderão ser complementados pelo Tesouro do Estado, na forma da lei.

§ 9º - Os Poderes Legislativo e Judiciário, em obediência à parte final do § 6º, poderão, por meio de lei de sua iniciativa, criar organismos próprios de previdência social ou aderir ao Fundo a ser criado pelo Poder Executivo."

Art. 2º - Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.10.95

(a) EDUARDO TREVISAN

Apoiamento: Carlos Simões, Jocelito Canto, Antonio Belinati, Beto Richa, Élio Rusch, Cezar Silvestri, César Seleme, Antonio Annibelli, Toti Colaço, João Techy, Edson Silva Lino, Geraldo Cartário, Péricles de Mello, Luiz Carlos Zuk, Algaci Túlio, Walmor Trentini, José Tavares, Basílio Zanusso, Edgard Bueno.

JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Emenda Constitucional em exame fundamenta-se no fato de que o atual sistema de aposentadoria e pensões dos servidores públicos apresenta um quadro extremamente crítico, representado pelo progressivo crescimento dos compromissos do Tesouro Estadual com o pagamento dos inativos e pensionistas.

A Emenda objetiva propiciar ao Governo do Estado as condições para fazer frente, no presente e no futuro, a um problema que, a médio prazo, tende a assumir características preocupantes, no que se refere ao comprometimento das finanças estaduais.

Os funcionários públicos estaduais da

administração direta, das autarquias e fundações de direito público, têm assegurada, por dispositivo constitucional, a percepção de proventos integrais iguais aos vencimentos que cada um receberia se estivesse na ativa.

O benefício da aposentadoria dos funcionários públicos estaduais, diferente do que ocorre no setor privado, está ao desamparo em relação às contribuições dos funcionários e do próprio Tesouro Estadual. A contribuição previdenciária, na base de 10% sobre o salário de cada servidor, passa a integrar a massa de recursos do Tesouro, sem distinção específica, e sem a contrapartida do próprio Tesouro.

As aposentadorias se constituem hoje, integralmente, em encargos do Tesouro. Esse aspecto poderia ser desprezível há tempos passados, quando os inativos representavam um número percentual muito pequeno de servidores, e quando o ser funcionário representa verdadeiro estamento social de grau muito elevado. No entanto, o rápido crescimento do contingente de inativos, motivado pela facilidade das aposentadorias precoces, pela elevação geral da expectativa de vida da população, pelo aviltamento de algumas funções públicas, conduziu à forte expansão do universo de inativos e pensionistas.

Na atualidade, o Estado se viu na contingência de admitir um número cada vez menor de servidores, forçado pelas restrições nas próprias finanças. Por outro lado, com as vantagens concedidas pela Constituição de 1988 aos inativos, principalmente na questão da vinculação dos proventos aos vencimentos do pessoal da ativa, verificou-se o desenvolvimento de uma tendência de características alarmantes, qual seja, o crescimento proporcional do quadro de ativos, e, em decorrência disso, o agigantamento do percentual da folha destinado exclusivamente aos inativos.

Só para se tomar um dado concreto; no ano de 1984, onze anos atrás, havia um universo de 20 magistrados aposentados, para mais de 200 juizes na ativa. Havia em torno de 10% de juizes inativos, na folha de pagamento da magistratura.

Hoje, para 434 magistrados em atividade (Desembargadores, Juizes do Alçada, Juizes da Capital e Juizes do Interior), existem 189 magistrados aposentados. Precisamente 43% de todo o universo de magistrados são juizes aposentados.

Tomou-se como exemplo a magistratura simplesmente porque seu contingente é pequeno. Sabe-se, também, que há muitos juizes em condições de se aposentar, mas que continuam a se dedicar ao munus público.

Se tomarmos o setor do magistério, esses dados serão tanto mais alarmantes quando se sabe que o tempo de serviço exi-

gido de uma professora é menor, e que não há quase nenhum incentivo para permanecer no cargo após vencido o tempo mínimo para a aposentação.

A presente emenda não altera qualquer projeção futura relativa à reforma da Constituição Federal, na parte da Previdência. Sabe-se que uma das possibilidades

é que haja modificação nos critérios de idade e tempo de serviço regulares a aposentação. Ora, qualquer que seja a idade para um servidor se aposentar, e exista ou não a hipótese de aposentação por tempo de serviço, haverá necessidade de se destinar verba específica para os inativos e pensionistas.